

**Tipologias em delinquência juvenil: uma
revisão de literatura**

**Typology in juvenile delinquency: A literature
review**

**Tipologías en delincuencia juvenil: una
revisión de literatura**

**Typologie de délinquance juvénile: revue de
la littérature**

Lais Sette Galinari^{1*}, 0000-0001-9959-2314

Marina Rezende Bazon^{1**}, 0000-0002-8037-8710

¹Universidade de São Paulo – Brasil

Resumo

O comportamento delitivo dos adolescentes pode-se desenvolver com diferentes padrões de trajetória. Por isso, muitos pesquisadores da área têm procurado compreender essas diferenças em termos de tipos e perfis. Considerando que uma dificuldade dentro deste campo é a falta de sistematização dos resultados previamente encontrados, o

objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura, analisando os estudos que procuraram encontrar os diferentes perfis dos adolescentes infratores. Foi realizada uma busca nas bases de dados PsycInfo, Web of Science e Scielo, e foram selecionados 56 estudos. Em geral, os estudos procuraram encontrar perfis considerando fatores de risco e proteção, trajetórias delitivas e características psicológicas. A revisão apontou que é necessário clarificar os aspectos que são relevantes em relação a delimitação de perfis e em como esse conhecimento poderia ser aplicado na prática.

Palavras-chave: delinquência juvenil; perfis; trajetórias delitivas; taxonomia; revisão de literatura

Abstract

The delinquent behavior of adolescents can develop in different trajectories. Many researchers sought to understand differences in terms of types/ profiles. A difficulty in this field is the lack of systematization of the results previously found, this study aimed to carry out a review of the literature, analyzing the studies that sought to find profiles among the juvenile offenders. A search was performed on PsycInfo, Web of Science and Scielo databases and 56 studies were selected. The studies found profiles considering risk/protection factors, criminal trajectories and psychological characteristics. The review pointed out that it is necessary to clarify the aspects that are relevant in relation to the delimitation of profiles and in how this knowledge could be applied in practice.

Keywords: Juvenile delinquency; profiles; trajectories; taxonomy; literature review

Resumen

El comportamiento delictivo de los adolescentes puede desarrollarse con diferentes patrones de trayectoria; por eso, muchos investigadores del área han tratado de comprender esas diferencias en términos de tipos y perfiles. Considerando que una dificultad dentro de este campo es la falta de sistematización de los resultados previamente encontrados, el objetivo de este estudio fue realizar una revisión de la literatura, analizando los estudios que buscaban encontrar los diferentes perfiles de los adolescentes infractores. Se realizó una búsqueda en las bases de datos PsycInfo, Web of Science y Scielo, y se seleccionaron 56 estudios. En general, los estudios buscaron encontrar perfiles considerando factores de riesgo y protección, trayectorias delictivas y características psicológicas. La revisión apuntó que es necesario clarificar los aspectos que son relevantes en relación a la delimitación de perfiles y en cómo ese conocimiento podría aplicarse en la práctica.

Palabras clave: delincuencia juvenil; perfiles; trayectorias delictivas; taxonomía; revisión de literatura

Résumé

Le comportement criminel des adolescents peut évoluer selon différents patron de trajectoire et, pour cette raison, de nombreux chercheurs ont travaillé pour comprendre ces

différences en termes de types et de profils. En considérant qu'une difficulté dans ce domaine est le manque de systématisation des résultats précédemment trouvés, l'objectif de cette étude était de mener une revue de la littérature, analysant les études qui cherchaient à trouver des profils parmi les adolescents délinquants. Une recherche a été effectuée dans les bases de données PsycInfo, Web of Science et Scielo, et 56 études ont été sélectionnées. En général, les études ont cherché à trouver des profils en tenant compte des facteurs de risque, de protection, des trajectoires criminelles et des caractéristiques psychologiques. On peut souligné qu'il est nécessaire de clarifier les aspects qui concerne la délimitation des profils et la manière dont ces connaissances pourraient être appliquées dans la pratique.

Mots-clés: délinquance juvénile; profils; trajectoires; taxonomie; revue de la littérature

A manifestação de comportamentos antissociais na adolescência pode ser considerado um fenômeno normativo uma vez que muitos estudos em diferentes realidades socioculturais estimam, a partir de dados de amostras da população geral, que cerca de 70% a 95% dos adolescentes já teriam se envolvido, ao menos uma vez, em atividades divergentes (contrariando normas estatutárias) e/ou delituosas (contrariando leis criminais) (Loeber et al., 1997; Le Blanc, 2003; Mun et al., 2008; Komatsu, 2014; Komatsu &

Bazon, 2015). Grande parte desses jovens apresentam esses comportamentos de forma ocasional, sendo eles na maior parte das vezes de pouca gravidade. Eles seriam motivados, principalmente, pela busca de excitação e de prazer típica à adolescência. Um pequeno grupo de jovens, todavia, apresenta esses comportamentos de modo frequente, ao longo de toda a adolescência e, por vezes, para além desta etapa da vida (Le Blanc, 2006; Komatsu & Bazon, 2015; Moffitt, 2018). Por essa razão, esse grupo seria responsável pela maior parte dos delitos atribuíveis aos adolescentes (Moffitt, 2018). Em termos desenvolvimentais, esse subgrupo estaria mais sujeito a fatores de risco pessoais e sociais relacionados à delinquência juvenil, requerendo, portanto, intervenções mais especializadas, psicossociais, adequadas às suas necessidades/dificuldades (Andrews & Bonta, 2006; Le Blanc, 2006; Moffitt, 2018).

Considerando, assim, que o comportamento antissocial pode ser uma manifestação pontual, mas pode também ser uma problemática que se desenvolve (Bazon et al., 2011), pesquisadores têm buscado apreender diferenças em termos de padrões comportamentais, de fatores pessoais/bio-psicológicos e sociais/contextuais associados. A partir dos dados que coletam, alguns postulam teorias gerais visando explicar as diferenças verificadas a partir de uma variação, em termos quantitativos, na gradação de uma única dimensão; outros postulam a existência de diferentes perfis/tipos de delinquência juvenil, qualitativamente diferentes, em termos de categorias descritivas, que poderiam ser teoricamente

justificadas, remetendo a processos etiológicos também diferentes (Brennan et al., 2008). Os pesquisadores que defendem a existência de diferentes perfis/tipos de delinquência juvenil buscam encontrar agrupamentos baseando-se em fatores biológicos, psicossociais, comportamentais e de personalidade. Essa posição sugere que a complexidade inerente ao desenvolvimento do comportamento antissocial não pode ser reduzida a uma teoria explicativa geral, universal, e que as diferentes explicações precisam ser sistematizadas e consideradas, tanto na busca de uma melhor compreensão do fenômeno, quanto na formulação de programas de intervenção junto aos adolescentes (Bazon, 2016; Brennan et al., 2008; Jones & Harris, 1999; Schwalbe et al., 2008).

De forma geral, investigações com foco em diferenças entre adolescentes, resultando em categorias distintas (perfis), não devem ser um fim em si mesmo, reduzindo-se ao objetivo de identificar tipos e nomeá-los (Brennan, 2010). Esse tipo de pesquisa, ao evidenciar diferenças relevantes entre adolescentes infratores pode representar um grande avanço no campo do Sistema de Justiça Juvenil, no qual as decisões em relação às medidas judiciais e às intervenções para cada adolescente devem obedecer alguns parâmetros relativos, de modo que tais decisões não sejam arbitrárias, baseadas em critérios subjetivos (Schwalbe et al., 2008).

Brennan et al. (2008), em vista às pesquisas já realizadas nesse campo, apontam a necessidade de sistematização dos resultados dessas investigações, visando um mínimo de

integração dos achados e, com isso, avançar no sentido de melhor realçar as mais relevantes diferenças intragrupo, de forma a obter parâmetros mais robustos para a avaliação e a intervenção psicossocial na área. O presente estudo pretende contribuir nessa direção, realizando uma revisão integrativa da literatura, analisando as investigações já realizadas, orientadas pelo objetivo de identificar e descrever diferenças relevantes em meio a adolescentes infratores, de modo a estabelecer perfis e/ou metatrajetórias do comportamento delituoso. Essa revisão é um método que estabelece de maneira padronizada um procedimento de busca, de seleção e de análise dos estudos, o que permite uma apreciação crítica da qualidade das evidências científicas disponibilizadas (Mancini & Sampaio, 2006).

Para tal fim, foram adotados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar estudos que, a partir de dados empíricos, verificaram, em função de variáveis comportamentais, pessoais e/ou sociais, a existência de subgrupos de adolescentes infratores; b) caracterizar os estudos em relação aos objetivos, ao delineamento metodológico e aos resultados encontrados; c) sintetizar e comparar os resultados encontrados nos diferentes estudos. Hipotetizou-se que os estudos selecionados chegassem em alguns perfis com similaridades, apesar das diferenças metodológicas e particularidades. O que corrobora a noção de que existem diferentes perfis/ padrões de conduta de cometimento de delitos em meio aos adolescentes infratores e a necessidade de avaliação dessas diferenças e de uma

intervenção diferencial. Assim, buscou-se contribuir para a síntese do conhecimento na área, levando em conta informações sobre como as pesquisas vem sendo realizadas, o alcance e o limite dessas.

Método

Procedimento

Para identificar os estudos que verificaram a existência de subgrupos em meio a adolescentes infratores estabelecendo, assim, perfis/tipos e/ou metatrajetórias, foi adotada a estratégia metodológica de uma revisão integrativa da literatura. Foi realizado um levantamento nas bases de dados bibliográficos PsycInfo, Web of Science e SciELO, um primeiro em setembro de 2017 e, um segundo em setembro de 2018 para a atualização da busca bibliográfica, adotando-se os mesmos procedimentos e critérios. A PsycInfo foi escolhida por ser uma base que indexa periódicos relevantes na área da Psicologia; a Web of Science por ser uma base multidisciplinar, que possibilita o acesso a outras áreas do conhecimento que estudam o tema; a SciELO, também multidisciplinar, por indexar periódicos científicos produzidos por pesquisadores da América Latina e Caribe. Desse modo, considerou-se que a utilização em conjunto dessas três bases de dados possibilitaria a apreensão de uma gama significativa

da produção de conhecimento científico na área.

A busca dos estudos nas três bases de dados foi realizada com o cruzamento das seguintes palavras-chave, que poderiam aparecer em qualquer campo do artigo: a) *Juvenile Delinquency AND Taxonomy*; b) *Juvenile Delinquency AND Typology*; c) *Juvenile Delinquency AND Profiles*. Os termos *Juvenile Delinquency*, *Taxonomy*, *Typology* e *Profiles* foram escolhidos por serem descritores na PsycInfo.

Além disso, os seguintes critérios para o levantamento foram adotados: o recorte temporal dos últimos 21 anos; estudos de base empírica e publicados em revistas com revisão por pares. A partir daí, mediante o levantamento, os critérios de inclusão dos manuscritos para a revisão foram: a) artigos que tivessem em seus resultados a descrição de subgrupos estabelecidos a partir de dados coletados junto a amostras de adolescentes infratores, gerando perfis/tipos e/ou descrição de metatrajetórias; b) artigos escritos em inglês, espanhol, francês ou português. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: a) artigos que tivessem lidado com dados de outros segmentos que não adolescentes; b) artigos que não buscaram chegar à descrição dos subgrupos; c) artigos pautados na descrição de subgrupos a partir do tratamento de dados de infratores relacionados a delito de natureza pré-determinada, como os sexuais, por exemplo.

A leitura dos resumos dos trabalhos identificados, à luz dos critérios de inclusão e de exclusão, permitiu uma primeira seleção de trabalhos. Na Figura 1 está representada a estratégia de busca utilizada para a seleção dos artigos. Dos

trabalhos excluídos após a leitura dos resumos, 33% tinham como foco o cometimento de delitos por adultos, 23% focalizavam perfis em meio a adolescentes especificamente implicados em delitos sexuais, 15% não buscaram estabelecer subgrupos em meio aos adolescentes infratores investigados, 12%, apesar de terem como tema a adolescência, não abordavam a temática de delinquência juvenil. Ademais, ressalta-se que três artigos, embora pertinentes, foram excluídos por não terem sido encontrados na íntegra.



Figura 1. Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos artigos

Análise dos dados

Após a seleção dos trabalhos e sua leitura na íntegra, informações relacionadas foram compiladas em uma planilha, em torno das seguintes categorias: autores, título, ano de publicação, nacionalidade do primeiro autor, objetivo geral do estudo, número de participantes, descrição da amostra utilizada, procedimento estatístico/análise dos dados e principais resultados encontrados. Em seguida, considerando que os resultados encontrados são condicionados às variáveis avaliadas em cada estudo, em função de uma análise das variáveis consideradas em cada um dos estudos revisados, os principais resultados de cada estudo foram agrupados em categorias sintéticas, de modo a organizar essa informação e discutir os resultados encontrados pelos estudos.

Resultados

Um total de 56 artigos científicos foi revisado. A grande parte (70%) foi publicada nos últimos 10 anos, sendo que 29 foram publicados entre 2012 e 2018, 17 entre 2007 e 2011, e 12 entre 1999 e 2006. A maioria das produções é proveniente dos Estados Unidos (61%), seguido da Holanda (11%), Austrália (4%) e Canadá (4%). É importante ressaltar também

que no levantamento bibliográfico não foi encontrado estudo que se propusesse a revisar o que foi produzido nesse campo até o momento.

Como é possível observar na Tabela 1, quanto ao delineamento metodológico, todos os estudos adotaram uma abordagem quantitativa. Há estudos longitudinais e transversais. Os longitudinais tiveram como método de análise estatística predominante as análises de regressão (68%), sendo que aproximadamente metade foi realizada com adolescentes infratores (54%) e o restante com adolescentes da população geral (46%). É possível perceber que o número amostral de cada estudo é bastante variado, com média de 15 590 participantes, desvio padrão de 28 824 e mediana de 1716 participantes. Os estudos com amostras de adolescentes da população geral contaram, em geral, com mais participantes que aqueles realizados com amostras de adolescentes infratores.

Os estudos transversais adotaram como método de análise procedimentos de agrupamento como análises de cluster e de classes latentes (72%). A grande maioria (94%) foi realizada com amostras de adolescentes infratores. O número de participantes foi, em média, menor que a dos estudos longitudinais, mas também bastante variado: média de 638 participantes, desvio padrão de 1.078 e mediana de 249 participantes.

Pode-se entender essas diferenças em vista aos objetivos dos estudos. Grande parte dos estudos longitudinais buscou investigar o desenvolvimento do comportamento delituoso

identificando trajetórias diferenciadas, de modo que a abordagem longitudinal de uma amostra grande de adolescentes, tanto da população geral quanto de infratores, e as análises de regressão para identificar variáveis preditoras das diferentes trajetórias, era metodologia requerida. Os estudos com recorte transversal buscaram, em sua maioria, agrupar adolescentes infratores em termos de características psicológicas e/ou psicossociais no sentido de avaliar as necessidades de diferentes perfis dos adolescentes que se encontram no sistema de justiça juvenil, fazendo-se necessário o uso de métodos de análise estatística considerados taxonométricos, ou seja, capazes de identificar subgrupos em uma amostra, de modo poder descrever tipos/perfis.

Compreende-se que os perfis/tipos e as metatrajetórias do comportamento delituoso identificados e descritos nos resultados dos estudos estão condicionados aos seus objetivos e às medidas selecionadas pelos pesquisadores para realizar os agrupamentos a partir dos dados coletados. Dentro disto, os principais resultados - ou seja, os agrupamentos identificados - são apresentados de forma sumária e discutidos em relação à descrição das características dos perfis/tipos/metatrajetórias encontrados, considerando as variáveis e os tipos de medidas utilizados nas investigações. Conforme se nota na Tabela 2, 17 estudos identificaram e descreveram tipos relativos a padrões de trajetórias de desenvolvimento do comportamento delituoso (metatrajetórias); 13 identificaram e descreveram tipos

relativos funcionamento psicológico; 26 identificaram e descreveram perfis relativos a fatores psicossociais.

Tabela 1 . Caracterização dos estudos em relação ao delineamento metodológico, segmento da amostra, objetivo

geral, tamanho amostral e tipo de análise dos dados

Tipo do Estudo	Segmento da amostra	Objetivo geral do estudo	n	Tipo de análise de dados		
Estudos Longitudinais (22)	População geral (10)	Analisar variáveis que predizem a criminalidade adulta em adolescentes	100000	A. de regressão		
		Investigar se a participação em gangs aumenta ou diminui a probabilidade do contato com a justiça em cada subgrupo da taxonomia de Moffitt	20745	A. de regressão		
		Testar empiricamente a teoria de trajetórias infracionais em relação a precocidade	13852	A. de regressão		
		Investigar os fatores associados ao pequeno subgrupo de adolescentes que não cometem delitos autorrevelados	8984	A. de regressão		
		Comparar características dos subgrupos de adolescentes que cometem delitos e aqueles se abstêm de qualquer tipo de delinquência autorrevelada em relação a sua rede de pares	4359	A. de regressão		
		Identificar fatores moderadores nos perfis da taxonomia de Moffitt	3173	A. de regressão		
		Analisar características do subgrupo de adolescentes que se abstêm de qualquer tipo de delinquência autorrevelada	1758	A. de regressão		
		Investigar a relação entre idade de início e persistência no cometimento de delitos	1716	A. de classes latentes		
		Investigar se passar por serviço de proteção na infância é um fator de risco para a delinquência, considerando diferentes perfis de envolvimento infracional	794	A. de regressão		
		Investigar o componente maturacional nos diferentes grupos da taxonomia de Moffitt	524	A. de regressão		
		Adolescentes infratores (12)		Comparar modelos estatísticos para analisar trajetórias de adolescentes infratores	-	A. de classes latentes
				Verificar a existência de diferentes trajetórias no cometimento de delitos violentos de acordo com variáveis pessoais	9421	A. de classes latentes
Determinar se a trajetória persistente a limitada a adolescência tem diferenças categóricas	2175			A. de classes latentes		
Testar a hipótese postulada por Moffitt de que infratores persistentes teriam alto risco saúde mental e física na vida adulta	1758			A. de regressão		
Testar os modelos teóricos de trajetória desenvolvimental de Moffitt e de Frick para delinquência feminina	1354			A. de regressão		
Identificar perfis de vitimização entre adolescentes infratores e se existe relação entre histórico de vitimização e de uso abusivo de álcool	1354			A. de classes latentes		
Investigar a existência de perfis entre adolescentes infratores considerando a exposição a violência comunitária e a sintomatologia para depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e hostilidade	700			A. de regressão		
Examinar a co-ocorrência de uso de substâncias de forma persistente, problemas internalizantes e delinquência persistente	500			A. de regressão		
Testar a estabilidade de perfis de jovens que cometeram delitos precocemente	308			A. de classes latentes		
Investigar a existência de perfis de risco para a reincidência de adolescentes infratores	210			Comparação das médias		
Examinar fatores de risco distais e proximais em diferentes trajetórias delituosas	203	A. de regressão				
Encontrar subtipos de adolescentes do sexo feminino em relação ao padrão de cometimento de delitos e sua predição em relação a saúde e criminalidade adulta	114	A. de regressão				

Tipo do Estudo	Segmento da amostra	Objetivo geral do estudo	n	Tipo de análise de dados
Estudos Transversais (34)	Adolescentes da população (2)	Avaliar a vitimização e o cometimento de delitos em adolescentes	1475	Comparação das médias e análises de correlação
		Buscar possíveis padrões no cometimento de delitos em relação a episódios de vitimização	1000	Comparação das médias e análises de correlação
Adolescentes infratores (32)		Elaborar uma tipologia de adolescentes infratores	5800	A. de cluster
		Identificar subgrupos entre adolescentes infratores considerando fatores de risco e características pessoais	2010	A. de cluster
		Identificar perfis de adolescentes infratores do sexo feminino em relação aos riscos e necessidades	1731	A. de classes latentes
		Examinar a estrutura taxonômica em duas grandes amostras de adolescentes infratores em relação a variáveis socio-psicológicas.	1572	A. de cluster
		Identificar diferenças entre sexo em relação aos fatores de risco associados a reincidência infracional	1396	Testes de qui quadrado e análises de correlação
		Identificar perfis de adolescentes infratores em relação a fatores de risco associados e avaliar quais fatores de risco predizem reincidência de cada grupo	1111	A. de classes latentes
		Investigar a possibilidade de criar uma taxonomia de adolescentes infratores em relação a traços psicopáticos	740	A. de classes latentes
		Identificar diferentes perfis de risco entre os adolescentes infratores	673	A. de cluster
		Classificar adolescentes infratores em relação ao funcionamento psicológico	652	A. de cluster
		Identificar diferentes perfis de risco e necessidades entre adolescentes infratores	542	A. de classes latentes
		Identificar perfis de risco e proteção em adolescentes infratores do sexo feminino e masculino	416	A. de classes latentes
		Definir perfis de adolescentes infratores de acordo com o tipo de delito cometido e os fatores de risco associados	395	Comparação entre médias
		Buscar subtipos de adolescentes infratores em relação a características de personalidade, especificamente a relação de traços gerais com psicopatologia e traços psicopáticos	342	A. de classes latentes
		Classificar adolescentes infratores de alto risco	315	A. de clusters
		Identificar perfis de risco em uma amostra de adolescentes infratores	308	A. de cluster
		Analisar padrões de abuso emocional, físico e sexual em adolescentes infratores internados e a associação desses perfis em relação a psicopatologia e comportamentos delituosos	260	A. de classes latentes
		Identificar diferentes perfis de resiliência em uma população de adolescentes infratores	215	A. de cluster
Avaliar o risco de reincidência de acordo com diferentes perfis de problemas de saúde mental e abuso de substâncias	186	A. de correlação e regressão		
Investigar a relação da empatia cognitiva e afetiva com a agressão reativa e proativa	177	A. de cluster e A. de correlação e regressão		
Testar a teoria de Moffitt e investigar diferenças entre adolescentes do sexo masculino e feminino	174	A. de clusters		
Identificar subclasses do transtorno opositor desafiante e a relação com comportamento delituoso	158	A. de classes latentes		

Tipo do Estudo	Segmento da amostra	Objetivo geral do estudo	n	Tipo de análise de dados
		Identificar perfis de risco de saúde em meninas infratoras utilizando indicadores psicológicos de bem-estar, comportamentos de risco para a saúde e status de saúde	153	A. de perfil latente
		Testar a hipótese se os adolescentes infratores formam agrupamentos distintos em relação a características de personalidade e o tipo de delito cometido	142	A. de regressão e correlação
		Identificar perfis psicológicos de adolescentes infratores do sexo masculino e feminino e relacioná-los com sintomas de saúde mental	141	A. de cluster
		Identificar perfis de adolescentes infratores do sexo feminino em relação a trajetória infracional e fatores associados	133	A. de classes latentes
		Identificar perfis considerando as dimensões de personalidade de Eysenck, a delinquência e a reincidência.	126	A. de cluster
		Examinar a relação entre gênero, ajustamento sócio-emocional e comportamento desviante entre adolescentes infratores graves.	105	A. de correlação e regressão
		Explorar tipologias psicológicas de adolescentes infratores do sexo masculino	103	A. de cluster
		Explorar subtipos de adolescentes infratores em relação a personalidade	101	A. de cluster
		Caracterizar um grupo de adolescentes infratoras do sexo feminino em relação a características de personalidade, comparando-as com infratores do sexo masculino e meninas adolescentes com problemas clínicos	90	Correlação e comparação entre médias
		Identificar agrupamentos em relação a características de personalidade em adolescentes reincidentes em condutas antisociais	86	A. de cluster
		Caracterizar uma amostra de adolescentes em conflito com a lei em relação a indicadores de risco psicossocial, a tipologia do comportamento delinquente e história de risco psicossocial e adversidade na infância	63	Correlação

Tabela 2 . Agrupamento temático dos resultados

encontrados pelos estudos

Tema do agrupamento	Parâmetros considerados no agrupamento
Padrões de trajetórias de desenvolvimento do comportamento delituoso (17)	Encontraram diferentes trajetórias desenvolvimentais em relação ao cometimento de delitos e possíveis fatores associados a essas diferenças
Perfis psicológicos (13)	Realizaram agrupamentos de adolescentes infratores em relação ao funcionamento psicológico, personalidade ou problemas de saúde mental.
Perfis comportamentais e psicossociais (26)	Buscaram encontrar perfis em relação a variáveis multidimensionais, como os fatores de risco e proteção associados ao fenômeno da delinquência juvenil. Foco em diferentes perfis em relação a características psicossociais relevantes em relação ao cometimento de delitos.

Metatrajetórias do comportamento delituoso

Os 17 artigos apresentados nessa seção foram agrupados por terem como foco a identificação de trajetórias do comportamento delituoso na adolescência, a partir de uma perspectiva desenvolvimental (Aalsma & Lapsley, 2001; Barrett & Katsiyannis, 2016; El Sayed et al., 2016; El Saye et al., 2018; Kolivoski et al., 2014; Kratzer & Hodgins, 1999; Kreuter & Muthén, 2008; Loeber et al., 1999; McGee et al., 2015; Nedelec et al., 2016; Owens & Slocum, 2015; Petkovsek et al., 2016; Piquero et al., 2005; Piquero et al., 2007; Reingle et al., 2012; Rulison et al., 2014; Walters, 2011; Wiesner et al., 2012).

Alguns dos estudos buscaram complementar, a partir de dados empíricos, a taxonomia de Moffitt (1993, citado por Kratzer & Hodgins, 1999), pela qual postula-se a existência de pelo menos duas trajetórias: uma na qual o comportamento delituoso seria limitado à adolescência e outra na qual o comportamento se estenderia da adolescência à vida adulta. Segundo a autora, essas trajetórias teriam diferentes etiologias e, conseqüentemente, diferentes conjuntos de fatores associados. Todos os estudos que tiveram como um dos objetivos testar empiricamente essa teoria, corroboraram a taxonomia proposta, indicando que há pelo menos duas meta trajetórias e, para além disso, trouxeram contribuições novas, que serão destacadas a seguir (Aalsma & Lapsley, 2001; Barrett & Katsiyannis, 2016; El Sayed et al., 2016; El Saye et al., 2018; Kolivoski et al., 2014; Kreuter & Muthén, 2008; Kratzer & Hodgins, 1999; Loeber et al., 1999; McGee et al., 2015; Nedelec et al., 2016; Piquero et al., 2007; Reingle et al., 2012; Wiesner et al., 2012).

Kratzer e Hodgins (1999), acompanhando longitudinalmente quase 14 000 participantes, descrevem quatro metatrajetórias do comportamento delituoso: uma persistente com início precoce; uma trajetória limitada à adolescência; trajetória com início na vida adulta; e uma outra trajetória com uma conduta delituosa descontínua. Os adolescentes do sexo masculino cujo comportamento delituoso persistia na vida adulta apresentavam um histórico de mais problemas de comportamento na infância e problemas na família. Seriam os responsáveis pela maior

quantidade de delitos contabilizados na amostra. Essas haviam iniciado a prática de delitos mais precocemente, sendo essa mais maior frequência e diversidade.

El Sayed et al. (2016) identificaram três trajetórias: duas similares a de Moffitt, sendo uma trajetória iniciando-se de forma precoce e com a conduta delituosa persistente, outra limitada à adolescência e uma terceira, caracterizada por um início de prática de delitos mais tardio, na adolescência, mas que se manteria ao longo da vida adulta. Por conta disso, os autores discutem o poder preditor da variável precocidade em relação à criminalidade adulta, ressaltando que essa nova metatrajetória identificada foi associada a uma maior prática de delitos na vida adulta. Eles afirmam que esse novo resultado só foi possível a partir da utilização de um método de análise diferente, a análise de classes latentes.

No mais, considerando as prováveis diferenças entre trajetórias persistentes masculinas e femininas, em relação ao cometimento de delitos, El Saye et al. (2018), por seu turno, buscaram testar a teoria de Moffitt fazendo o acompanhamento longitudinal de uma amostra de adolescentes infratores de sexo feminino e concluíram que essa é a teoria que melhor explica o desenvolvimento da conduta, a persistência e os processos de desistência nas diferentes metatrajetórias, não havendo diferenças significativas entre o observado na investigação e no já estabelecido para o sexo masculino.

Além de testar a existência de trajetórias de delitos, alguns estudos buscaram investigar também as variáveis associadas

a essas diferentes trajetórias. A trajetória persistente, ao longo da vida, se mostrou associada nos estudos a um uso de substâncias psicoativas maior (Aalsma & Lapsley, 2001; Loeber et al., 1999), a uma precocidade no início da prática de delitos maior (Kratzer & Hodgins, 1999), a uma probabilidade de experimentar adversidades físicas e de saúde mental ao longo da vida maior (Piquero et al., 2007), a uma associação com pares desviantes maior (Wiesner et al., 2012), a uma frequência maior de institucionalização por questões de proteção (Kolivoski et al., 2014) e a experiências adversas na primeira infância mais frequentes, incluindo dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde mental, atendimento em serviços de proteção à criança devido a negligência e à violência familiar, precocidade na entrada no sistema de justiça juvenil e características psicológicas relacionadas a agressividade (Barrett & Katsiyannis, 2016).

Já a trajetória limitada à adolescência mostrou-se associada a menos problemas na primeira infância, menos problemas de comportamento, menos indicadores de saúde mental prejudicada (Aalsma & Lapsley, 2001; Kratzer & Hodgins 1999), a maior envolvimento parental (Reingle et al., 2012), a menor probabilidade de ter tido uma experiência de institucionalização por questões de proteção (Kolivoski et al., 2014), a maior tempo gasto com estudos, a relações familiares percebidas como mais positivas (McGee et al., 2015) e a um maior controle dos impulsos, comparando-se com a trajetória persistente. Os dados dos adolescentes cujo comportamento delituoso descreveria esta trajetória, se

comparados com os de adolescentes apresentando uma delinquência pontual, indicariam, contudo, defasagens psicológicas e fatores de risco sociais (Barrett & Katsiyannis, 2016).

Alguns estudos também encontraram variáveis que, apesar de estarem relacionadas com o fenômeno da delinquência juvenil, não foram determinantes para discriminar trajetórias do comportamento delituoso. Dentro disso: destacam-se: práticas parentais na primeira infância (Wiesner et al., 2012); (i)maturidade, baixo autocontrole, conflito entre os genitores (Nedelec et al., 2016); participação em gangues (Petkovsek et al., 2016).

Piquero et al. (2005) também retomam a taxonomia proposta por Moffitt (1993), na qual se propõe a existência de uma pequena porcentagem de adolescentes que não se implicaram atividades divergentes e delituosas nessa fase de vida e a hipótese de que tais adolescentes teriam déficits interpessoais e seriam menos aceitos pelos pares, em se considerando que ter alguma – pequena – atividade divergente/delituosa durante a adolescência seria o normativo em termos estatísticos, visando verificá-la. Segundo os autores, a hipótese não foi sustentada, de maneira geral, os resultados apontam que, apesar de representarem um pequeno subgrupo, esses jovens tinham mais características -prós-sociais e maior aprovação pelos pares, quando comparado com os adolescentes que cometiam delitos de forma persistente, sobretudo na segunda metade da adolescência e, a partir dos dados do acompanhamento

longitudinal, verificou-se também que tinham mais chance de terem um maior ajustamento emocional na vida adulta (Piquero et al., 2005; Rulison et al., 2014; Owens & Slocum, 2015).

El Sayed et al. (2016), por seu turno, discutem o potencial do método de análise de classes latentes em refinar os resultados encontrados em estudos longitudinais com o objetivo de investigar tipos de trajetórias de comportamento delituoso, uma vez que em seu estudo, em comparação com métodos estatísticos mais tradicionais, essa análise foi capaz de fornecer dados mais robustos em relação às diferentes trajetórias estabelecidas por Moffitt e de revelar estruturas latentes que se relacionariam a trajetórias distintas, reafirmando os apontamentos feitos por Kreuter e Muthén (2008). Assim, esses autores destacam o fato de terem encontrado uma nova trajetória utilizando o método de análise de classe latentes, que era caracterizada pela persistência no cometimento de delitos na vida adulta apesar da ausência da variável precocidade.

Por fim, destaca-se o trabalho de Walters (2011), que também parte dos tipos descritos por Moffitt (1993). Esse autor buscou verificar se a diferença entre as trajetórias de cometimento de delitos limitada à adolescência e a persistente, implicaria de fato em uma taxonomia, sendo essas duas trajetórias tipos distintos com etiologias diferentes ou se essas diferenças existiriam devido a diferenças de intensidade de um único processo etiológico. A partir de sua análise o autor concluiu que essas duas trajetórias seriam

melhor explicadas como tendo uma única natureza dimensional e que se diferenciariam em termos de níveis, diferenças quantitativas, e não como tipos diferentes, ou seja, como categorias qualitativamente diferentes. Assim, para o autor, a diferenciação entre as duas trajetórias não poderia ser considerada uma taxonomia verdadeira. Esse resultado se contrapõe ao que foi encontrado nos demais estudos mencionados, o que revela uma necessidade de um aprofundamento na investigação do tema, sobretudo fazendo uma análise dos diferentes métodos estatísticos.

Perfis psicológicos

Um total de 13 artigos tiveram como objetivo identificar perfis com relação a características psicológicas em adolescentes infratores (Aebi et al., 2015; Aebi et al., 2016; Alarcon et al., 2005; Blackburn, 2000; Cauffman et al., 2004; Decuyper et al., 2013; Edens et al., 2011; Espelage et al., 2003; Nederlof et al., 2010; Stefurak & Calhoun, 2007; Stefurak et al., 2004; Taylor et al., 2006; Vinet & Bañares, 2009). Cinco desses se propuseram a investigar diferenças no campo psicológico entre adolescentes infratores utilizando o mesmo instrumento, o Inventário Clínico para Adolescentes de Millon (MACI) que, embora constitua um inventário de avaliação de personalidade geral, é muito utilizado para

estudar delinquência juvenil em razão de algumas de suas escalas. Esse instrumento é capaz de investigar estilos de personalidade que surgem ao longo do desenvolvimento infantil e que se estabilizariam no final da adolescência (Vinet & Bañares, 2009). A partir de uma análise de clusters, tanto em amostras masculinas quanto femininas de adolescentes infratores, todos os estudos encontraram perfis diferenciados: um que se caracterizou pelo alto egocentrismo e valores antissociais; outro por altos níveis de depressão/ansiedade; e um terceiro que caracterizado pelo fato de não apresentar problemas psicológicos em níveis clínicos (Alarcon et al., 2005; Stefurak et al., 2004; Taylor et al., 2006; Stefurak & Calhoun, 2007; Vinet & Bañares, 2009).

Os padrões de personalidade marcados por problemas de saúde mental, de natureza mais internalizante (introversão, inibição, autodegradação) foram significativamente mais frequentes em meio a adolescentes infratoras do sexo feminino em comparação com os adolescentes infratores de sexo masculino (Espelage et al., 2003; Vinet & Bañares, 2009). Ao perfil atinente a uma personalidade mais egocentrada e orientada por valores antissociais, também se agregou, em alguns dos estudos, a insensibilidade emocional em relação aos outros e a baixa inibição dos impulsos (Alarcon et al., 2005; Stefurak et al., 2004; Taylor et al., 2006). Em dois estudos, a partir apenas de amostras de adolescentes infratores do sexo masculino, o perfil caracterizado pelos altos níveis de depressão foi subdividido entre um em relação ao qual os sintomas depressivos viriam

acompanhados de um retraimento social e outro acompanhados de problemas de comportamentos externalizantes e disruptivos (Alarcon et al, 2005; Stefurak et al., 2004).

Os demais estudos que avaliaram variáveis psicológicas a partir de outros instrumentos também chegaram a um perfil encontrado a partir dos dados de um subgrupo de adolescentes infratores, caracterizado por não apresentar níveis clínicos de problemas psicológicos (Aebi et al., 2015; Aebi et al., 2016; Espelage et al., 2003; Cauffman et al., 2004; Decuyper et al., 2013). Decuyper et al. (2013), a partir do referencial teórico do Big-Five, também encontraram um perfil psicológico caracterizado por um funcionamento egocentrado, pouca sensibilidade ao outro e baixo controle de impulsos, e outro caracterizado por um funcionamento perpassado sentimentos negativos, ansiedade, depressão e marcado por alto nível de estresse e baixa tolerância à frustração, além de controle de impulsos ainda menor que o do primeiro perfil descrito.

Alguns dos estudos tiveram por objetivo encontrar os agrupamentos com relação a diagnósticos psiquiátricos. Edens et al. (2011) buscaram investigar a possibilidade de criar uma taxonomia de adolescentes infratores em relação a traços psicopáticos. Ao testar vários métodos taxonométricos, os autores concluíram que as diferenças em relação à psicopatia em meio a adolescentes judicializados são melhores explicadas em relação a uma gradação dimensional, em relação a intensidade de pontuação nos

traços (mais ou menos traços), que em relação a diferentes tipos com etiologias distintas. Contraponto com o posicionamento dos autores, Blackburn (2000) havia afirmado que o sistema de categorização não é, necessariamente, incompatível com medidas dimensionais e que isso dependeria do objetivo do sistema de classificação. Já em relação ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Aebi et al. (2016) encontraram estruturas latentes distintas que concorreram para uma taxonomia na qual se diferenciou um perfil relativo a adolescentes que não apresentavam TOD, um relativo àqueles que apresentavam em um nível moderado e um em um nível severo.

Dois estudos se propuseram investigar a relação entre os diferentes perfis de adolescentes infratores e os tipos de delitos cometidos, buscando entender se havia diferenças psicológicas entre os jovens implicados em delitos contra pessoas e em delitos contra a propriedade. Nesses se verificou que os diferentes perfis psicológicos não se mostraram associados a diferentes tipos de delitos. Apesar disso, é pontuar que os autores buscaram uma relação entre os perfis psicológicos e os delitos oficiais, o que não necessariamente expressa o padrão comportamental de delitos dos adolescentes, como já se demonstrou em outras pesquisas da área (Taylor et al., 2006; Nederlof et al, 2010). Nederlof et al. (2010) também discutem que a compreensão da trajetória do comportamento delituoso é mais importante que a análise dos delitos oficiais.

Para Decuyper et al. (2013), a subdivisão de adolescentes

infratores em relação a perfis de funcionamento psicológico é importante uma vez que ajuda a discriminar fatores gerais que estão relacionados com a delinquência, dos fatores que estão relacionados a um tipo específico de comportamento delituoso. Alarcon et al. (2005), para além disso, discutem a importância da avaliação psicológica no contexto judiciário uma vez que os diferentes perfis de funcionamento psicológico em adolescentes infratores podem constituir um fator de risco relevante em termos de reincidência e de violência , ajudando assim na definição da intervenção mais adequada, sem desconsiderar a importância das variáveis contextuais no processo avaliativo.

Perfis psicossociais

Os 26 artigos nessa seção classificaram os adolescentes infratores a partir de medidas em variáveis multidimensionais (comportamentais, sociais e psicológicas) (Baskin & Sommers, 2015; Brennan et al., 2008; Cuervo et al., 2015; Cuervo et al., 2017; Cuevas et al., 2007; Davis et al., 2018; Dembo & Schmeidler; 2003; Drummond, et al., 2016; Euler et al., 2017; Geluk et al., 2014; Guebert & Olver, 2014; Henneberger et al., 2014; Hillege et al., 2017; Jones & Harris, 1999; Lemos, 2010; Mowder et al., 2010; Mulder et al., 2012; Odgers et al., 2007; Onifade et al., 2008; Onifade et al., 2010; Reingle et al., 2012; Schwalbe et al., 2008; van der Put et al.,

2014; Walker et al., 2016; Whitney et al., 2010). Sendo que alguns selecionaram aquelas que já eram consideradas pela literatura como a fatores de risco e/ou de proteção à delinquência juvenil, buscando encontrar perfis considerando a trajetória de delitos cometidos, o uso de substâncias, aspectos familiares, escolares, relação com os pares, lazer e tempo livre, personalidade, atitudes, crenças e valores (Andrews & Bonta, 2006), esses estudos foram realizados com amostras de adolescentes infratores. Um instrumento frequentemente usado por alguns estudos para identificar esses fatores de risco e/ou proteção foi o Youth level of case management inventory (YLS/CMI) (Cuervo et al., 2015; Guebert & Olver, 2014; Onifade et al., 2008; Onifade et al., 2010).

Em relação aos estudos que tiveram como foco a elaboração de perfis considerando fatores de risco e de proteção, alguns buscaram avalia-los em relação ao risco para a reincidência, classificando-os como apresentando um risco baixo, moderado ou alto. Muitos encontraram um perfil caracterizado por apresentar baixo risco de reincidência infracional (Brennan et al., 2008; Cuervo et al., 2017; Geluk et al., 2014; Hillege et al., 2017; Onifade et al., 2008; Onifade et al., 2010; Reingle et al., 2012; Schwalbe et al., 2008; Whitney et al., 2010). Em alguns dos estudos, dentre os perfis de baixo risco, foi identificado um perfil de jovens que pontuaram em um nível não-clínico nas dimensões psicológicas e sociais avaliadas, ou seja, que apresentavam pontuações normativas, semelhantes às dos adolescentes da população

geral (Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Whitney et al., 2010; Brennan et al., 2008). No estudo de Cuervo et al. (2017), esse perfil derivou de um agrupamento de adolescentes que pontuaram, ainda que baixo, somente em dimensões contextuais/sociais como tempo livre, escola e pares.

Alguns estudos identificaram um perfil caracterizado por exposição significativa a fatores de risco, circunscritos a uma única dimensão, como o de Schwalbe et al. (2008), que encontraram um subgrupo de adolescentes com sérios problemas escolares, incluindo baixo desempenho e problemas de comportamento na escola, mas baixo nível de necessidade nos demais fatores avaliados. Outros estudos encontraram um perfil no qual os fatores de risco significativos estavam delimitados à família - caracterizada por práticas parentais negativas, violência familiar, abuso e negligência (Hillege et al., 2017; Lemos, 2010; Onifade et al., 2008; van der Put et al., 2014; Walker et al., 2016). Outros, um perfil para o qual a prática de delitos se mostrou relacionada a apenas a problemas no campo da saúde mental, incluindo o uso abusivo de drogas (Hillege et al., 2017; Jones & Harris, 1999; Mulder et al., 2012; Walker et al., 2016)

Boa parte das investigações também aponta para a existência de um perfil caracterizado por apresentar um risco moderado à reincidência infracional, somadas pontuações em variáveis de dimensões sociais e, em menor medida, em variáveis pessoais, referentes a personalidade, atitudes e valores (Brennan, et al., 2008; Cuervo et al., 2017; Geluk et

al., 2014; Hillege et al., 2017; Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008). Foi frequente a identificação de um subgrupo, nas diferentes amostras, apresentando risco moderado à reincidência infracional, em razão de presença significativa em problemas escolares, de afiliação a pares desviantes e de uso de substâncias, e de manifestação de uma atitude hostil frente a figuras de autoridade (Cuervo et al., 2017; Geluk et al., 2014; Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008). No estudo de Schwalbe et al. (2008) esse subgrupo ainda apresentou traços de hiperatividade e de desatenção. Já no estudo de Whitney et al. (2010), o subgrupo do qual derivou esse perfil de risco moderado caracterizou-se por apresentar pontuações significativas em muitos fatores de risco - histórico de abuso físico, problemas de comportamento precoce, problemas em dimensões sociais (escola, família e pares), mas também por apresentar pontuações significativas em fatores protetivos, sobretudo em relação a apoio social, destacando-se aí o envolvimento em grupo religioso, e maior QI, quando comparado com o subgrupo do qual se derivou um perfil de risco alto. Este perfil caracterizar-se-ia também por pontuações significativas em variáveis relacionadas a risco em todas as dimensões avaliadas. É interessante notar que na maior parte dos estudos que descreveram esse perfil de risco alto, o subgrupo amostral que lhe deu origem foi pequeno. No estudo de Cuervo et al. (2017), por exemplo, o agrupamento de adolescentes com este perfil foi constituído por 5% da amostra de um total de 210 adolescentes; no de

Onifade et al. (2010), por 8% de uma amostra de 308 adolescentes infratores. Walker et al. (2016), que também encontraram um agrupamento similar, consideraram que esses jovens que teriam uma necessidade de tratamento mais complexa e multidimensional, uma vez que apresentaram defasagens em quase todas as áreas (comportamento disruptivo na escola, baixo desempenho escolar, pais/responsáveis com menos habilidades parentais, menor interação positiva com adultos, histórico de negligência, abuso, uso de álcool e drogas e pares antissociais). No estudo de Mulder et al. (2012), o subgrupo mais problemático de adolescentes, com maior envolvimento em delitos de todo tipo, contra pessoa e contra a propriedade, foi composto pelos adolescentes que apresentaram os escores mais altos diferentes fatores de risco pessoais e sociais: egocentrismo, baixa capacidade de introspecção, transtorno de conduta, baixo controle dos impulsos, além de problemas com figuras de autoridade, uso abusivo de drogas, rede de pares criminalizados, baixa habilidades parentais e negligência no âmbito familiar.

Nessa seção, tem-se ainda estudos que encontraram subgrupos diferentes em termos de natureza de delitos cometidos e de fatores de risco associados. Nesses destaca-se um subgrupo de adolescentes implicados apenas em delitos contra pessoa, os quais teriam se caracterizado por apresentar de forma significativa mais comportamento agressivo, mais baixa tolerância à frustração e menor empatia/preocupação com os outros. Os autores

consideraram delitos contra pessoa lesão corporal, ameaça, direção imprudente, roubo, resistência à detenção policial, homicídio, crimes contra a saúde pública e abuso doméstico (Cuervo et al., 2015; Euler et al., 2017) e por apresentar transtornos de conduta e de ansiedade (Guebert & Olver, 2014; Mulder et al., 2012; Odgers et al., 2007).

Em alguns dos estudos, esse subgrupo se distinguiria por apresentar menor resiliência (Mowder et al., 2010) e maior exposição à violência comunitária na infância (Baskin & Sommers, 2015; Odgers et al., 2007), sendo que, em relação a esse fator de risco, no estudo de Baskin e Sommers (2015), verificou-se que maturidade e apoio social funcionariam como variáveis moderadoras, ou seja, seriam fatores protetivos. No estudo de Reingle et al. (2012), o principal moderador do risco para implicação em delitos violentos foi alto nível de envolvimento parental.

Em um dos estudos com adolescentes infratores do sexo feminino, verificou-se que aquelas que apresentavam uma trajetória de delitos violentos estavam mais a risco de reincidência e a apresentavam mais problemas de saúde mental, quando comparadas a infratoras que não tinham implicação em delitos violentos (Henneberger et al., 2014). O uso abusivo de drogas, quando presente, destacou-se como característica de um perfil multireincidente, independentemente da natureza do delito (violento e não violento) em amostras de adolescentes infratores do sexo masculino (Guebert & Olver, 2014; Mulder et al., 2012). No estudo de Dembo e Schmeidler (2003), contudo, chama-se a

atenção para o fato de se ter verificado que um perfil caracterizado por menor frequência de delitos apresentaria menor uso de substâncias.

Os estudos que buscaram identificar perfis com engajamento na prática de delitos, considerando as diferentes trajetórias possíveis e os episódios de vitimização ao longo de sua vida, encontraram um subgrupo de adolescentes que não possuíam histórico de vitimização (Cuevas et al., 2007; Drummond et al., 2016; Davis et al., 2018). Cuevas et al.(2007), a partir dos dados de uma amostra de adolescentes da população, encontraram três tipos de adolescentes que cometiam delitos e eram vitimizados, um que apresentava episódios de vitimização doméstica, outro tipo que sofreram bullying e abuso sexual e aqueles com múltiplos tipos de vitimização, além de um subgrupo de jovens que foram vitimizados, mas que não tinham uma delinquência persistente. O estudo de Drummond et al. (2016), também com uma amostra da população, identificaram que a maior parcela dos jovens que cometiam delitos violentos, tinham episódios de vitimização (81%), enquanto apenas uma parcela daqueles adolescentes que haviam sido vitimizados cometiam delitos violentos (33%), o que indica a necessidade de investigar os fatores relacionados com esse tipo de trajetória. Davis et al. (2018), com uma amostra de adolescentes judicializados, também encontraram um subgrupo de adolescentes infratores que haviam sofrido múltiplas formas de vitimização, sendo que esse também era o que apresentava mais uso abusivo de álcool. Além disso, os

autores avaliaram a capacidade das variáveis regulação emocional e controle de os impulsos funcionarem como fator protetivo à delinquência naqueles casos em que havia experiência de vitimização. Verificaram o papel protetivo apenas em um subgrupo que havia sido vitimizado indiretamente, ou seja, que não havia sido alvo de violência direta, mas presenciado violência.

Jones e Harris (1999) e Brennan, et al., (2008), apesar de terem avaliado fatores de risco e de proteção e realizado o procedimento estatístico de análise de clusters para agrupar os adolescentes, deram mais ênfase na descrição dos diferentes perfis encontrados do que na classificação em termos de nível de risco, se baixo, moderado ou alto. Os autores destacam um perfil com poucas problemáticas, oriundos de famílias com bom envolvimento parental, apresentando envolvimento escolar, valores pró-sociais e poucos pares infratores. No agrupamento identificado por Jones e Harris (1999), uma característica psicológica negativa seria a imaturidade. Ambos estudos encontraram um tipo com problemas internalizantes importantes, mas que não teria se caracterizariam por apresentar valores antissociais ou comportamentos agressivos em níveis significativos. Jones e Harris (1999) descreveram esse perfil como “nervosos e machucados”, apresentando altos níveis de auto-culpabilização e de sentimento de rejeição na família. Brennan, et al., (2008), além de encontrarem um perfil similar a esse, encontraram um com as características de problemas de comportamento internalizantes somados a presença de

valores antissociais e atitudes hostis.

Nos dois estudos também se descreve um perfil em relação ao qual a principal característica seria o baixo autocontrole, impulsividade, baixa empatia, comportamento agressivo, valores antissociais, uso abusivo de drogas, pares criminalizados e falhas importantes no ambiente escolar. Jones e Harris (1999) ainda caracterizam esse perfil como apresentando uma visão muito pessimista do futuro, com baixa vinculação familiar e escolar.

Muitos dos estudos aqui reunidos, ao constatarem a existência de perfis diferentes em termos de características psicossociais, de exposição a fatores de risco/proteção e de necessidades, argumentam sobre a importância dessas diferenças serem consideradas no âmbito do sistema de justiça juvenil, em termos de avaliação e de intervenção.

Discussão e considerações finais

É importante discutir que ao comparar as três categorias que foram analisadas, a grande maioria dos estudos os autores encontravam um subgrupo de adolescentes infratores que não apresentavam muitos problemas. Seja por apresentarem menos fatores de risco e mais fatores de proteção, seja pelo fato de a trajetória delituosa ser menos grave, começando tardiamente, com menor frequência

delitos, com delitos pouco graves e se interrompendo precocemente ou por não apresentarem dificuldades psicológicas (Cuervo et al., 2017; El Saye et al., 2018; Schwalbe et al., 2008; Stefurak et al., 2004; Vinet & Bañares, 2009). Por outro lado, aqueles adolescentes infratores que foram considerados com um maior número de problemáticas também tinham diferenças entre si, apresentavam diferentes fatores de risco e características psicológicas distintas, por exemplo, alguns tinham mais atitudes antissociais e eram mais egocentrados enquanto outros experienciavam mais sentimentos negativos e eram caracterizados por apresentarem sintomas de ansiedade e depressão (Brennan et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Vinet & Bañares, 2009).

Em relação aos perfis de fatores de risco e proteção, poucos estudos consideraram em uma análise variáveis protetivas e de resiliência, o que pode ser uma lacuna importante; já que, em termos de intervenção, esses aspectos poderiam também auxiliar a compreender os diferentes níveis de envolvimento infracional. Ao refletirmos sobre a intervenção com adolescentes em conflito com a lei, seria necessário ponderar um tratamento diferencial, levando em conta o que funcionaria em que tipo de adolescente e em quais circunstâncias. O que vai na direção do que argumenta Brennan (2010) ao afirmar que a classificação é fundamental no campo da justiça juvenil para testar teorias, melhorar a intervenção, prever o comportamento e melhorar o manejo.

A ocorrência sistemática de diferentes perfis de adolescentes infratores, mesmo que os estudos partissem de

um enfoque diferente, com instrumentos e nacionalidades distintas favorece a hipótese da existência de diferentes tipos de delinquência juvenil, apesar do contraponto feito por alguns estudos de que essas diferenças se dariam na realidade em termos de uma única dimensão, sendo necessário, portanto, mais estudos com esse objetivo. A revisão de literatura também nos aponta que a descrição desses diferentes tipos é um desafio uma vez que como o fenômeno da delinquência possui muitos fatores associados, os diferentes perfis por muitas vezes apresentam, como o mencionado por Lenzenger (2004), divisões mais frágeis e critérios de identificação pouco confiáveis, mas, de certa forma, a partir dessas evidências, é possível se fazer a hipótese de estruturas diferentes que deem origem ao mesmo fenômeno e que expliquem as suas variações em termos de topografia. Além do mais ainda não está solidificado quais variáveis de fato são capazes de discriminar os adolescentes em termos de perfis, o que inclusive dificulta a comparação entre os diferentes estudos realizados na área. Brennan (1987; 2010) sugere que um referencial teórico, específico da área pode auxiliar nessa etapa de seleção das variáveis a serem investigadas.

A utilização de métodos de investigação que permitam testar a hipótese da existência de diferentes tipos/ perfis ao invés de somente investigar diferenças entre os adolescentes infratores pode ser útil nesse sentido, porque como o que foi discutido por Walters (2011), talvez, considerando apenas o padrão de trajetória, por exemplo, não seja de fato possível

encontrar as estruturas latentes que dividem os adolescentes infratores em tipos, sendo necessários mais estudos para confirmar ou não a hipótese do autor. Como o discutido na categoria de trajetórias delituosas, a análise de classes latentes tem se mostrado uma ferramenta adequada para investigar a possível existência de taxonomias e estruturas latentes distintas dentro de uma amostra (El Sayed et al., 2016; Kreuter & Muthén, 2008; Lenzenwger, 2004; Walker et al., 2016). Essa análise busca estimar a probabilidade de cada participante da amostra em fazer parte de um subgrupo (classe latente) de acordo com o seu padrão de resposta em relação as variáveis que são mensuradas pelos instrumentos de avaliação. Ao fazer isso, na prática, é pouco provável que cada padrão-chave represente um tipo de indivíduo único, mas, ao estabelecer um conjunto menor de subgrupos, assumindo o nível de erro de medida nos itens usados para medir o pertencimento a cada grupo, pode ser útil, já que esse número reduzido de subgrupos pode ser mais palatável para delinear prevenção e tratamento, o que pode ser de ajuda quando o foco de estudo é complexo, com variáveis multidimensionais (Lanza & Rhoades, 2013).

Uma questão que foi recorrente nos estudos é a discussão sobre a importância de aplicar o conhecimento adquirido em relação as diferenças entre os adolescentes infratores no Sistema de Justiça Juvenil. Esse posicionamento é congruente a com as normativas internacionais que discorrem sobre como deve ser o tratamento de adolescentes infratores, uma vez que, segundo as Regras de Beijing (1985) o

acompanhamento socioeducativo precisa ser ajustado às necessidades e às dificuldades de cada adolescente. Apesar disso, nem os artigos revisados para o presente estudo, nem as normativas legais descrevem como esse conhecimento poder ser utilizado e possibilidades de implementações práticas, o que também é uma lacuna importante na área.

Brennan (2010) sugere que, considerando que ainda não há um consenso em relação a uma taxonomia de adolescentes infratores, existe uma proliferação de perfis, com nomes e características diferentes, o que aponta a necessidade de mais estudos na área e com um processo de validação mais rigoroso dos perfis encontrados, para que, de fato tipologias de adolescente infratores possam ser utilizados no processo de avaliação e intervenção diferencial. O autor também discute a relevância de realizar mais pesquisas com esse método uma vez taxonomias de adolescentes infratores podem possibilitar uma economia cognitiva ao sumarizar uma gama de informações complexas buscando clareza de representação e descrição.

Considerando o campo da criminologia, a diversidade de padrões de comportamentos criminais e variáveis causais são tantos, algumas variáveis podem passar despercebidas se não for feito uma descrição/ análise minuciosa. O agrupamento de objetos similares em classes homogêneas é uma forma na qual dados complexos podem ser progressivamente simplificados para revelar estruturas latentes, buscando a descrição e simplificação das similaridades entre as amostras de tal modo que seja possível

desenvolver classes do objeto. É justamente por essa razão que uma taxonomia descritiva, quando considera as diversas dimensões relacionadas com o fenômeno, seria capaz de orientar uma intervenção diferenciada para um mesmo público de acordo com as diferenças entre os subgrupos (Brennan, 1987). Brennan (2010) ainda discute que, considerando a importância que estudos de taxonomia sobre delinquência juvenil podem ter para o campo, que esse método é ainda muito negligenciado na área e que seriam necessários mais estudos, principalmente pelo fato de ainda não existir um consenso a respeito dos tipos que existiriam entre os adolescentes infratores (sendo todos os existentes até o momento provisórios e passíveis de contestação) e quais aspectos precisariam ser avaliados para a elaboração da taxonomia.

Desse modo, a partir do panorama geral oferecido por esse estudo, é possível constatar evidências da existência de diferenças entre os adolescentes infratores em diversas dimensões e que de fato isso precisaria ser considerado em termos de intervenção. Por outro lado, as pesquisas futuras sobre o assunto precisariam avançar no sentido de clarificar os aspectos que são relevantes em relação a delimitação de perfis e em como esse conhecimento poderia ser aplicado na prática e suas possíveis implicações.

Referências

1. Aalsma, M. C., & Lapsley, D. K. (2001). A typology of

adolescent delinquency: sex differences and implications for treatment. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 11(3), 173-191. <https://doi.org/10.1002/cbm.386>

2. Aebi, M., Barra, S., Bessler, C., Steinhausen, H., Walitza, S., & Plattner, B. (2016). Oppositional defiant disorder dimensions and subtypes among detained male adolescent offenders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 57(6), 729-736. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12473>
3. Aebi, M., Linhart, S., Thun-Hohenstein, L., Bessler, C., Steinhausen, H.-C., & Plattner, B. (2015). Detained male adolescent offender's emotional, physical and sexual maltreatment profiles and their associations to psychiatric disorders and criminal behaviors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 43(5), 999-1009. <https://doi.org/10.1007/s10802-014-9961-y>
4. Alarcon, P., Vinet, E., & Salvo, S. (2005). Estilos de personalidad y desadaptación social durante la adolescencia. [Personality Styles and Adjustment Problems in Adolescence.]. *Psykhe: Revista de La Escuela de Psicología*, 14(1), 3-16.
5. Andrews, D. A., & Bonta, J. (2006) *The Psychology of Criminal Conduct*. Newark: LexisNexis.
6. Barrett, D. E., & Katsiyannis, A. (2016). Juvenile Offending and Crime in Early Adulthood: A Large Sample Analysis. *Journal of Child and Family Studies*, 25(4), 1086-1097. <https://doi.org/10.1007/s10826-015->

0304-6

7. Bazon, M. R. (2016) Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a lei: Validação do Inventário Jesness – Revisado. Tese de Livre Docência. USP, Ribeirão Preto, Brasil.
8. Bazon, M. R., Komatsu, A. V., Panosso, I. R., & Estevão, R. (2011). Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 5, 59-87.
9. Blackburn, R. (2000). Classification and assessment of personality disorders in mentally disordered offenders: A psychological perspective. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 10, S8-S33. <https://doi.org/10.1002/cbm.2000.10.s1.s8>
10. Brennan, T. (1987). Classification: Na Overview of Selected Methodological Issues. In *Crime and Justice*, 9, Prediction and Classification: Criminal Justice Decision Making, 201-248.
11. Brennan T. (2010) Taxonomies of Delinquents. In R. J. R. Levesque, *Encyclopedia of Adolescence*. New York: Springer.
12. Brennan, T., Breitenbach, M., & Dieterich, W. (2008). Towards an explanatory taxonomy of adolescent delinquents: Identifying several social-psychological profiles. *Journal of Quantitative Criminology*, 24(2), 179-203. <https://doi.org/10.1007/s10940-008-9045-7>

13. Cauffman, E., Piquero, A. R., Broidy, L., Espelage, D. L., & Mazerolle, P. (2004). Heterogeneity in the Association Between Social-Emotional Adjustment Profiles and Deviant Behavior Among Male and Female Serious Juvenile Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(2), 235-252. <https://doi.org/10.1177/0306624X03261255>
14. Cuervo, K., Villanueva, L., González, F., Carrión, C., & Busquets, P. (2015). Characteristics of young offenders depending on the type of crime. *Psychosocial Intervention*, 24(1), 9-15. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2014.11.003>
15. Cuervo, K., Villanueva, L., & Pérez, J. (2017). Riesgo de reincidencia y evolución, a través del Inventario IGI-J en una población de menores infractores. *Revista Internacional de Sociología*, 75(2). <https://doi.org/10.3989/ris.2017.75.2.15.94>
16. Cuevas, C. A., Finkelhor, D., Turner, H. A., & Ormrod, R. K. (2007). Juvenile delinquency and victimization: A theoretical typology. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(12), 1581-1602. <https://doi.org/10.1177/0886260507306498>
17. Davis, J. P., Dumas, T. M., Berey, B., Merrin, G. J., Tan, K., & Madden, D. R. (2018). Poly-victimization and trajectories of binge drinking from adolescence to young adulthood among serious juvenile offenders. *Drug and Alcohol Dependence*, 186, 29-35. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2018.01.006>

18. Decuyper, M., Colins, O. F., De Clercq, B., Vermeiren, R., Broekaert, E., Bijttebier, P., ... De Fruyt, F. (2013). Latent personality profiles and the relations with psychopathology and psychopathic traits in detained adolescents. *Child Psychiatry & Human Development*, *44*, 217–232. <https://doi.org/10.1007/s10578-012-0320-3>
19. Drummond, H., Dizgun, J., & Keeling, D. (2016). Role Differentiation in an Adolescent Victim-Offender Typology: Results from Medellin, Colombia. *Journal of Interpersonal Violence*, *31*(18), 3080-3107. <https://doi.org/10.1177/0886260515584340>
20. Edens, J. F., Marcus, D. K., & Vaughn, M. G. (2011). Exploring the taxometric status of psychopathy among youthful offenders: Is there a juvenile psychopath taxon? *Law and Human Behavior*, *35*(1), 13-24. <https://doi.org/10.1007/s10979-010-9230-8>
21. El Sayed, S. A., Pacheco, D. F., & Morris, R. G. (2016). The link between onset age and adult offending: The role of developmental profiles. *Deviant Behavior*, *37*(9), 989-1002. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1161458>
22. Espelage, D. L., Cauffman, E., Broidy, L., Piquero, A. R., Mazerolle, P., & Steiner, H. (2003). A cluster-analytic investigation of MMPI profiles of serious male and female juvenile offenders. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, *42*(7), 770-777.

- <https://doi.org/10.1097/01.CHI.0000046877.27264.F6>
23. Geluk, C. A. M. L., van Domburgh, L., Doreleijers, T. A. H., Jansen, L. M. C., Bouwmeester, S., Garre, F. G., & Vermeiren, R. (2014). Identifying children at risk of problematic development: Latent clusters among childhood arrestees. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 42, 669-680. <https://doi.org/10.1007/s10802-013-9811-3>
 24. Hillege, S. L., Brand, E. F., Mulder, E. A., Vermeiren, R. R., & van Domburgh, L. (2017). Serious juvenile offenders: classification into subgroups based on static and dynamic characteristics. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 11(1), 67. <https://doi.org/10.1186/s13034-017-0201-4>
 25. Jones, P. R., & Harris, P. W. (1999). Developing an empirically based typology of delinquent youths. *Journal of Quantitative Criminology*, 15(3), 251-276. <https://doi.org/10.1023/A:1007524414432>
 26. Komatsu, A. V. (2014) Comportamentos antissociais em adolescentes do sexo masculino: um estudo exploratório na cidade de Ribeirão Preto – SP. Dissertação para defesa de mestrado. USP, Ribeirão Preto, Brasil.
 27. Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2015) Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(2), 725-735.

28. Kolivoski, K. M., Shook, J. J., Goodkind, S., & Kim, K. H. (2014). Developmental trajectories and predictors of juvenile detention, placement, and jail among youth with out-of-home child welfare placement. *Journal of the Society for Social Work and Research*, 5(2), 137-160. <https://doi.org/10.1086/676520>
29. Kratzer, L., & Hodgins, S. (1999). A typology of offenders: A test of Moffitt's theory among males and females from childhood to age 30. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 9(1), 57-73. <https://doi.org/10.1002/cbm.291>
30. Kreuter, F., & Muthén, B. (2008). Analyzing criminal trajectory profiles: Bridging multilevel and group-based approaches using growth mixture modeling. *Journal of Quantitative Criminology*, 24(1), 1-31. <https://doi.org/10.1007/s10940-007-9036-0>
31. Le Blanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescents: son développement et son explication. In M. Leblanc, M. Ouimet, & D. Szabo, *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
32. Le Blanc, M. (2006). Self-control and social control of deviant behavior in context: development and interactions along the life course. In P. O. H. Wikström & R. J. Sampson (Eds.), *The explanation of crime: context, mechanisms, and development*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
33. Lemos, I. T. (2010). Risco psicossocial e

- psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 28(1), 117-132. <https://doi.org/10.14417/ap.258>
34. Loeber, R., Keenan, K., & Zhang, Q. (1997). Boys' Experimentation and Persistence in Developmental Pathways Toward Serious Delinquency. *Journal of Child and Family Studies*, 6(3), 321-357.
 35. Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R. (1999). Developmental aspects of delinquency and internalizing problems and their association with persistent juvenile substance use between ages 7 and 18. *Journal of Clinical Child Psychology*, 28(3), 322-332. <https://doi.org/10.1207/S15374424jccp280304>
 36. Mancini, M., & Sampaio, R. (2006). Quando o objeto do estudo é a literatura: Estudos de revisão. *Rev. Bras. Fisioter.*, 10(4), 361-472.
 37. Moffitt, T. E. (2018) Male antisocial behaviour in adolescence and beyond. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177-186. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0309-4>
 38. Mulder, E., Vermunt, J., Brand, E., Bullens, R., & Marle, H. (2012). Recidivism in subgroups of serious juvenile offenders: Different profiles, different risks? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 22(2), 122-135. <https://doi.org/10.1002/cbm.1819>
 39. Mun, E., Windle, M., & Schainker, L. (2008). A Model-based cluster analysis approach to adolescent problem behaviors and young adult outcomes. *Dev*

Psychopathol., 20(1), 291-318. <https://doi.org/10.1017/S095457940800014X>

40. Nedelec, J. L., Park, I., & Silver, I. A. (2016). The effect of the maturity gap on delinquency and drug use over the life course: A genetically sensitive longitudinal design. *Journal of Criminal Justice*, 47, 84-99. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.07.001>
41. Nederlof, E., van der Ham, A., Dingemans, P., & Oei, K. (2010). The relation between dimensions of personality and personality pathology and offence type and severity in juvenile delinquents. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 21(5), 711-720. <https://doi.org/10.1080/14789949.2010.483284>
42. Odgers, C., Moretti, M., Burnette, M., Chauhan, P., Waite, D., Reppucci, N. (2007). A latent variable modeling approach to identifying subtypes of serious and violent female juvenile offenders. *Aggressive Behavior*, 33(4), 339-352. <https://doi.org/10.1002/ab.20190>
43. Onifade, E., Davidson, W., Livsey, S., Turke, G., Horton, C., Malinowski, J., Atkinson, D., Wimberly, D. (2008). Risk assessment: Identifying patterns of risk in young offenders with the Youth Level of Service/Case Management Inventory. *Journal of Criminal Justice*, 36(2), 165-173. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.02.006>
44. Onifade, E., Smith Nyandoro, A., Davidson II, W. S., & Campbell, C. (2010). Truancy and patterns of

- criminogenic risk in a young offender population. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 8(1), 3-18. <https://doi.org/10.1177/1541204009338251>
45. Petkovsek, M. A., Boutwell, B. B., Barnes, J. C., & Beaver, K. M. (2016). Moffitt's developmental taxonomy and gang membership: An alternative test of the snares hypothesis. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 14(4), 335-349. <https://doi.org/10.1177/1541204015581389>
 46. Piquero, A. R., Brezina, T., & Turner, M. G. (2005). Testing Moffitt's Account of Delinquency Abstention. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 42(1), 27-54. <https://doi.org/10.1177/0022427804266559>
 47. Piquero, A. R., Daigle, L. E., Gibson, C., Piquero, N. L., & Tibbetts, S. G. (2007). Are life-course-persistent offenders at risk for adverse health outcomes? *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 44(2), 185-207. <https://doi.org/10.1177/0022427806297739>
 48. Reingle, J. M., Jennings, W. G., & Maldonado-Molina, M. M. (2012). Risk and protective factors for trajectories of violent delinquency among a nationally representative sample of early adolescents. *Youth Violence and Juvenile Justice* 10(3), 261-277. <https://doi.org/10.1177/1541204011431589>
 49. Rulison, K. L., Kreager, D. A., & Osgood, D. W. (2014). Delinquency and peer acceptance in adolescence: A within-person test of Moffitt's hypotheses. *Developmental Psychology*, 50(11), 2437.

50. Schwalbe, C. S., Macy, R. J., Day, S. H., & Fraser, M. W. (2008). Classifying offenders: An application of latent class analysis to needs assessment in juvenile justice. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 6(3), 279-294. <https://doi.org/10.1177/1541204007313383>
51. Stefurak, T., & Calhoun, G. B. (2007). Subtypes of female juvenile offenders: A cluster analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory. *International Journal of Law and Psychiatry*, 30(2), 95-111. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2006.04.003>
52. Stefurak, T., Calhoun, G. B., & Glaser, B. A. (2004). Personality typologies of male juvenile offenders using a cluster analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory introduction. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(1), 96-110. <https://doi.org/10.1177/0306624X03258478>
53. Taylor, J., Kemper, T. S., Loney, B. R., & Kistner, J. A. (2006). Classification of Severe Male Juvenile Offenders Using the MACI Clinical and Personality Scales. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 35(1), 90-102. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3501_8
54. van der Put, C. E., Deković, M., Hoeve, M., Stams, G. J. J. M., van der Laan, P. H., & Langewouters, F. E. M. (2014). Risk assessment of girls: Are there any sex differences in risk factors for re-offending and in risk profiles? *Crime & Delinquency*, 60(7), 1033-1056. <https://doi.org/10.1177/0011128710384776>

55. Vinet, E., & Bañares, P. A. (2009). Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo TT - Personality characterization of female juvenile offenders: a comparative study TT - Caracterização da personalidade de adolescentes do sexo feminino. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(43), 143-152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200002>
56. Walker, S. C., Bishop, A. S., Nurius, P. S., & Logan-Greene, P. (2016). The heterogeneity of treatment needs for justice-involved girls: A typology using latent class analysis: A typology using latent class analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 43(3), 323-342. <https://doi.org/10.1177/0093854815615162>
57. Walters, G. D. (2011). The latent structure of life-course-persistent antisocial behavior: Is Moffitt's developmental taxonomy a true taxonomy? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(1), 96-105. <https://doi.org/10.1037/a0021519>
<https://doi.org/10.1037/a0021519>
58. Whitney, S. D., Renner, L. M., & Herrenkohl, T. I. (2010). Gender differences in risk and promotive classifications associated with adolescent delinquency. *The Journal of Genetic Psychology: Research and Theory on Human Development*, 171(2), 116-138. <https://doi.org/10.1080/00221320903548092>
59. Wiesner, M., Capaldi, D. M., & Kim, H. K. (2012). General versus specific predictors of male arrest

trajectories: A test of the Moffitt and Patterson theories.
Journal of Youth and Adolescence, 41, 217–228.
<https://doi.org/10.1007/s10964-011-9683-1>

Autor de correspondencia: *laissette@gmail.com

Autor de correspondencia: **mbazon@ffclrp.usp.br

Recibido: 29 de octubre, 2018

Revisado: 2 de setiembre, 2019

Aceptado: 27 de abril, 2020